

Comprasnet

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

Login: 00591646110 - PEDRO PAULO TOURINHO PIRES

[Serviços do Governo RDC](#)[Voltar para Área de Trabalho](#)[Logout](#)[RDC - Ambiente Produção](#)

Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

UASG: 395001 - EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A - EPL**Licitação nº:** 5/2021 **Modo de Disputa:** Fechado**Número do Item:** 1**Nome do Item:** Estudos e Projetos de Viabilidade Técnico - Econômico**Tratamento Diferenciado:** Sem benefícios**Sessões Públicas:** [Atual](#)

Recursos do Item - Sessão Pública 1 (Atual)

22.111.570/0001-91 - HOUER CONSULTORIA E CONCESSOES LTDA**17.469.843/0001-34 - INFRACEA CONTROLE DO ESPACO AEREO, AEROPORTOS E CAPACIT****12.285.441/0001-66 - TPF ENGENHARIA LTDA**

Intenção de Recurso

Data/Hora: 09/06/2021 10:39**Julgamento de Proposta:** Declaro que desejo entrar com intenção de recurso na fase de julgamento de proposta**Habilitação de Fornecedor:**

Recurso

Data/Hora: 16/06/2021 11:32

Motivo do Recurso / Justificativa da Desistência: AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A. - EPL RECURSO CONTRA O JULGAMENTO DO REGIME DE CONTRATAÇÃO DAS ESTATAIS – RCE Nº 05/2021 DA EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A. - EPL TPF ENGENHARIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.285.441/0001-66, com sede na Rua Irene Ramos Gomes de Mattos, nº 176, Pina, CEP: 51.011-530, Recife – PE, vem, por meio de seus representantes regularmente constituídos, perante o PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A. - EPL, que conduz o processo em epígrafe, interpor RECURSO CONTRA O JULGAMENTO REGIME DE CONTRATAÇÃO DAS ESTATAIS – RCE Nº 05/2021, com fundamento no Item 11 do Edital, em virtude dos fatos e fundamentos que passa a expor: I - DOS FATOS. A TPF Engenharia, em consulta à documentação apresentada pelo Consórcio EC-RSA (Eagle Consultoria Econômica e de Engenharia Ltda, e Ricci e Santos Sociedade de Advogados), verificou que os documentos apresentados por esta não atendem aos requisitos editalícios, devendo ser inabilitada e desqualificada no processo, conforme será devidamente demonstrado a seguir. II – DA FUNDAMENTAÇÃO. Inicialmente, cumpre salientar que o Consórcio EC-RSA (Eagle Consultoria Econômica e de Engenharia Ltda, e Ricci e Santos Sociedade de Advogados), foi habilitado, no RCE Nº 005/2021, habilitação esta que não está em conformidade com a melhor interpretação do direito aplicável, tendo em vista que esta, notoriamente, descumpriu itens do Edital e da legislação vigente. Neste sentido, faz-se necessário destacar que além de o referido consórcio ter apresentado seus documentos de habilitação de forma desorganizada, sem sumário, numeração de páginas, termo de encerramento do volume, ainda apresentou seus documentos com faltas graves, documentos incompletos, e falta de qualificação jurídica, econômica-financeira e técnica, como será visto: 1. O consórcio deve ser inabilitado, pois apresentou Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio sem valor Jurídico, uma vez que o sócio que assinou este compromisso pela empresa Ricci e Santos Sociedade de Advogados, o Sr.

Tiago Gonsalves de Oliveira Ricci, não tinha poderes para assumir o mesmo, conforme seu contrato social, ele não pode assumir sozinho compromissos jurídicos com valores acima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), valor muito inferior ao futuro contrato que se comprometeu a assinar no compromisso apresentado, conforme segue: ***Verificar o Contrato Social da empresa Ricci e Santos Sociedade de Advogados, no seu CAPITULO V – DA ADMINISTRAÇÃO (Clausula 5ª, parágrafo 1º, alínea f., e parágrafo 3º, alínea a.) 2. A empresa Eagle não comprovou qualificação econômica para permanecer no processo, pois deixou de apresentar capital social ou patrimônio líquido no montante de 10% do valor estimado desta licitação, conforme o item 8.5.2 do edital , e também a Lei: Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993 Art. 33. Quando permitida na licitação a participação de empresas em consórcio, observar-se-ão as seguintes normas: III - apresentação dos documentos exigidos nos arts. 28 a 31 desta Lei por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, podendo a Administração estabelecer, para o consórcio, um acréscimo de até 30% (trinta por cento) dos valores exigidos para licitante individual, inexigível este acréscimo para os consórcios compostos, em sua totalidade, por micro e pequenas empresas assim definidas em lei; Conforme visto, o edital e a lei estabelecem que cada empresa deve apresentar patrimônio líquido no montante de 10% do valor estimado desta licitação, e que no caso de consórcio poderá somar as qualificações, na proporção de sua respectiva participação, não podendo assumir além do que seu patrimônio lhe permite. Neste caso, o valor estimado da licitação era de R\$9.414.500,00, sendo que 10% deste valor equivale a R\$ 941.450,00. A empresa Eagle, detém 50% do consórcio, devendo comprovar ter patrimônio líquido equivalente a 50% dos R\$941.450,00 exigidos para empresas individuais, que equivale a um patrimônio de R\$470.725,00 A empresa Eagle apresentou um patrimônio no valor de R\$ 298.127,52, inferior ao exigido para a proporção de sua respectiva participação no consórcio, devendo o mesmo ser inabilitado, por descumprimento do edital e da lei. Vajamos o entendimento do Ministério dos Transportes em assunto similar através do link a seguir: http://www1.dnit.gov.br/anexo/Anexo/Anexo_edital0274_17-00_2.pdf 3) Mais um grave erro cometido pelas empresas do consórcio, pois as mesmas deixaram de apresentar Balanço Patrimonial da forma da Lei, ou seja, devidamente registrado em cartório ou na junta comercial, como segue: Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993 Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a: I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta; Como visto, o Balanço deve ser apresentado na forma da Lei, vale lembrar que o novo Código Civil (Lei 10.406/02) substituiu o Código Comercial que regia as empresas, ou seja, o Código Comercial não existe mais desde então. Agora tratamos todas as questões relacionadas a empresa com o Código Civil a partir do art. 966 até o art. 1.195 no Livro II - Do Direito de Empresa. Código Civil (Lei 10.406/02) CAPÍTULO IV Da Escrituração Art. 1.179. O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico. § 1º O Salvo o disposto no art. 1.180, o número e a espécie de livros ficam a critério dos interessados. § 2º É dispensado das exigências deste artigo o pequeno empresário a que se refere o art. 970. Art. 1.180. Além dos demais livros exigidos por lei, é indispensável o Diário, que pode ser substituído por fichas no caso de escrituração mecanizada ou eletrônica. Parágrafo único. A adoção de fichas não dispensa o uso de livro apropriado para o lançamento do balanço patrimonial e do de resultado econômico. ***Art. 1.181. Salvo disposição especial de lei, os livros obrigatórios e, se for o caso, as fichas, antes de postos em uso, devem ser autenticados no Registro Público de Empresas Mercantis. Parágrafo único. A autenticação não se fará sem que esteja inscrito o empresário, ou a sociedade empresária, que poderá fazer autenticar livros não obrigatórios. 4) Descumpriu ao item 8.5.1 do edital, pois deixou de apresentar certidão de Falência para a empresa RICCI, e quanto a empresa Eagle, deixou de apresentar Certidão de Falência emitida pelo órgão responsável pela distribuição na localidade de sua sede, descumprindo ao edital e a lei, devendo ser inabilitada por tal descumprimento. 5) Deixou de cumprir com as exigências de capacidade técnica profissional, pois apresentou profissional para a função de Coordenador, com experiência muito inferior aos 10 anos exigidos como mínimos na tabela do item 8.4 do Termo de Referência do edital, e também desatendeu o item 8.4.3, onde exige que seja anexado ao currículo atestado que comprovem o prazo de experiência exigido, em estudos de transporte. Os atestados apresentados para o Coordenador não chegaram a somar 4 anos de experiência, sendo que o mesmo apresentou cópia de suas carteiras profissionais que além de também não somarem 10 anos, não comprovam nenhum trabalho que o profissional tenha elaborado como coordenador de estudos na área de transportes, lembrando que o mesmo não pode fazer nenhuma declaração de experiência em favor próprio , sendo assim por descumprir as exigência do item 8.4 do edital, deve o referido consórcio ser inabilitado deste certame. 6) Além do Consórcio ter apresentado preços inexequíveis, ainda apresentaram em sua planilha de justificativa dos preços, salário de Engenheiro e Arquiteto incompatível, ou seja abaixo do mínimo estabelecido pela entidade de classe o CREA e CAU da sua própria região, conforme visto nos link's a seguir: <https://portal.crea-sc.org.br/profissional/salario-minimo-profissional/> <https://www.causc.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/Tabela-de-calculo-do-salario-minimo-profissional-2021.pdf> Como vimos, o CREA e o CAU estabelecem como salário mínimo de Engenheiro e Arquiteto é de 8,5 salários mínimos. Uma vez que o salário-mínimo é de R\$1.110,00 x 8,5 salários, chegamos a um montante de R\$9.350,00, superior aos R\$ 9.200,00 apresentados pelo consórcio em sua planilha, devendo este consórcio por mais este motivo ser desqualificado do processo em epígrafe. Além de ter apresentado uma planilha de orçamento incompleta sem considerar seus custos administrativos, conforme os moldes praticados pelos principais órgão do país, como DNIT, CODEVASF, DNOCS entre outros. III – DO PEDIDO. Diante de todo o exposto, a TPF Engenharia requer, respeitosamente, que o presente recurso seja conhecido e provido, de forma que seja reformada a decisão que

habilitou e qualificou o Consórcio EC-RSA (Eagle Consultoria Econômica e de Engenharia Ltda, e Ricci e Santos Sociedade de Advogados), em razão de todos os fundamentos fáticos e jurídicos acima apresentados. Caso esta Comissão entenda por manter válido o referido procedimento, desde já, pedimos que este recurso seja dirigido à autoridade superior da EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A. – EPL, a fim de que esta possa se pronunciar sobre o presente recurso, convalidando ou reformando a decisão desta Comissão. Nestes termos, pede deferimento. Recife - PE, 15 de Junho de 2021. _____ TPF ENGENHARIA LTDA. Ricardo Medeiros Pereira de Carvalho

Contrarrazão

17.940.831/0001-46 - EAGLE CONSULTORIA ECONOMICA E DE ENGENHARIA LTDA

Data/Hora: 23/06/2021 16:34

Motivo da Contrarrazão/Justificativa da Desistência: À COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO RCE ELETRONICO N.º 05/2021, Processo n.º 50840.100485/2021-50 Interessado: Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL Assunto: Análise dos documentos encaminhados em sede de diligência pelo consórcio formado pelas Empresas Eagle Consultoria Econômica e de Engenharia LTDA. e Ricci e Santos Sociedade de Advogados, no âmbito do EDITAL RCE n.º 05/2021. CONSÓRCIO EC – RSA, formado pela Empresa Eagle Consultoria Econômica e Engenharia Ltda. ("EC Projetos") e pela Ricci e Santos Sociedades de Advogados ("RSA"), devidamente qualificadas nos autos do processo de número em epígrafe, vem, respeitosa e tempestivamente, à presença de Vossa Senhorias, apresentar CONTRARRAZÕES ao recurso interposto por TPF ENGENHARIA LTDA, também devidamente qualificada nos autos do processo de número em epígrafe, contra a decisão que declarou habilitado o CONSÓRCIO EC – RSA no processo licitatório em epígrafe, consoante motivos de fato e de direito a seguir aduzidos: I. A TEMPESTIVIDADE De acordo com o Edital RCE n.º 05/2021, o prazo para apresentação de contrarrazões é de cinco dias, conforme Item 11.2.2. Ainda de acordo com o Item 11.2.2., o dia a quo para apresentação de contrarrazões é a data final para apresentação de recurso. Considerando a data fatal para interposição de recurso era o dia 16 de junho de 2021, o prazo para apresentação de contrarrazões está previsto para findar em 23 de junho de 2021, de modo que se considera tempestivo a petição atravessada na presente data. II. A SÍNTESE DAS CONSIDERAÇÕES DESENVOLVIDAS EM SEDE DE RECURSO No recurso interposto por TPF ENGENHARIA LTDA, defende-se a incorreção da decisão que declarou a habilitação do CONSÓRCIO EC – RSA para o presente procedimento licitatório, em razão dos argumentos abaixo elencados: • Ausência de Poderes do Sócio que assumiu o termo de compromisso pela empresa Ricci e Santos Sociedade de Advogados; • Descumprimento do item 8.5.1 do edital; • Apresentação de Preços Inexequíveis • Ausência de Cumprimento de Capacidade Técnica Profissional; • Não comprovação, pela empresa EAGLE, de qualificação econômica para permanecer no processo; Na sequência, conforme se verá, será demonstrada a incorreção da linha argumentativa desenvolvida pela TPF ENGENHARIA, com a consequente manutenção da decisão que entendeu por declarar a habilitação do CONSÓRCIO EC – RSA para o presente procedimento licitatório. III. O MÉRITO DAS PRESENTES CONTRARRAZÕES De saída, observa-se que o Procedimento Licitatório, dentre outros princípios, é orientado pelo formalismo moderado, caracterizado pela ponderação entre o princípio da eficiência e da segurança jurídica, buscando a proposta mais vantajosa para a administração, garantia de isonomia e promoção do desenvolvimento nacional sustentável. Especificamente quanto à aplicabilidade do princípio do formalismo moderado, nota-se a sua adoção pelo Tribunal de Contas da União – TCU, em inúmeros casos envolvendo procedimentos licitatórios (Acórdão 357/2015-Plenário): "No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados". O princípio do formalismo moderado ensina que o exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob risco de desclassificação da proposta mais vantajosa e, em última análise, não atendimento do interesse público. Mais de que isso, em sendo constatada omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, deve-se determinar a correção via diligências, tudo conforme entendimento consolidado no âmbito do TCU: "Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências". (Acórdão 2302/2012-Plenário); Ainda mais interessante, é notar que todos esses entendimentos da Corte de Contas foram exarados considerando o rigorismo determinado pela Lei n.º 8.666/93, a qual deve ser interpretada de maneira ampliada sempre que a aplicação literal e sem reflexão prática de suas disposições restringir ou se apresentar obstáculo para a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração, desde que tal ampliação não fira os princípios da ampla competição e paridade entre os concorrentes. Assim, a linha argumentativa segundo a qual seria impossível a juntada de documentos complementares para soluções de irregularidades, fica

comprometida, por completo. Não obstante, esclarece-se que à licitante não se aplica, em caráter geral, a Lei Geral de Licitações. A Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL é uma Empresa Pública e seu Procedimento Licitatório não é regulado pela Lei n.º 8.666/93, mas sim pela Lei das Estatais (Lei n.º 13.303/18). Nesse sentido, sabe-se que, por expressa previsão da Lei das Estatais, só será promovida a desclassificação em caso de vícios insanáveis, conforme disposição do artigo 56, inciso I, da Lei n.º 13.303/2018, o que, em outras palavras, é previsão legal do formalismo moderado que já era inteiramente aplicável no âmbito da Lei n.º 8.666/93. No mesmo sentido, inclusive, é a disposição do artigo 55, inciso VI, da Lei 13.303/2018 e dos artigos 90 e 97, ambos do Regulamento de Licitação da EPL, a qual trazem procedimento específico para a solução de irregularidade e complementação de documentos sanáveis. Feita essas observações, sabe-se que as supostas irregularidades apontadas pela RECORRENTE não se qualificam como insanáveis e podem facilmente sanadas mediante a juntada de documentação complementar, de modo que não pode falar em desclassificação da RECORRIDA. Não assiste razão à argumentação segundo a qual o sócio que assinou em nome da empresa Ricci e Santos Sociedade de Advogados não teria poderes para representá-la, em razão da suposta violação ao contrato social: • Não se pode falar em violação ao contrato social, pois a assinatura do termo de compromisso não se qualifica como assunção de qualquer obrigação pecuniária em nome da sociedade, qualificando-se, tão somente, como uma etapa necessária para a participação no procedimento licitatório; • Ainda que assim não fosse, aplicar-se-ia, ao presente caso, o princípio da convalidação dos atos societários, podendo a obrigação assumida vir a ser convalidada pelo outro sócio a qualquer momento; • Não se trataria de irregularidade, pois são atos absolutamente realizados conforme a prescrição da lei societária e passíveis de formalização e/ou convalidação posterior, conforme descrito nos itens anteriores, de forma a autorizar regularmente quaisquer dos representantes legais, isoladamente, a assumir obrigações superiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais). De igual maneira não assiste razão ao argumento segundo o qual teria sido violado o Item 8.5.1 do Edital e que isso acarretaria a desclassificação do Consórcio EC – RSA, conforme se depreende dos argumentos abaixo: • Em um primeiro momento, nota-se que Escritório de Advocacia não está sujeito à Lei de Falência por ser sociedade simples pura, o que aponta para a impossibilidade de acolhimento da referida tese. Não obstante, o Escritório de Advocacia, em diligência da Comissão de Licitação, juntou a referida certidão; Ainda de acordo com a argumentação desenvolvida pela RECORRENTE, o Consórcio EC – RSA deveria ser desclassificado em razão da suposta inexecuibilidade da oferta por ser inferior a 70% da média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado pela empresa pública. A linha argumentativa desenvolvida, contudo, não merece ser acolhida! Nesse sentido, observa-se que a questão da exequibilidade foi questionada pela Comissão de Licitação e, uma vez apresentada planilha com os custos relacionados ao projeto, concluiu-se que o Consórcio EC – RSA havia apresentado orçamento coerente com a execução dos serviços a serem contratados e que por isso a oferta seria exequível. Nota-se que a disposição presente na Lei n.º 13.303/2018 diz respeito a uma presunção relativa de inexecuibilidade e que a Administração tem o dever legal de dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta. Nesse sentido, inclusive, é notar que o Tribunal de Contas da União, de há muito, pacificou essa discussão por meio da edição da Súmula 262, segundo a qual “o critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas “a” e “b”, da Lei nº 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexecuibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta”. Nem se pode alegar, nesse particular, que o referido entendimento só seria aplicável à Lei 8.666/93, pois quando se compara a redação do artigo 48, inciso II, §1.º, alínea “a” e “b”, da Lei n.º 8.666/93 com o artigo 56, inciso III, §3.º, inciso I e II, da Lei n.º 13.303/2018, constata-se que são exatamente as mesmas, de modo que não se justifica a adoção de entendimento diverso. A conduta da comissão de licitação, portanto, foi correta e não comporta quaisquer reparos e, em certa medida, case seja revisto o entendimento que fora fixado, importaria invariavelmente em uma escolha menos vantajosa e contrária ao interesse público. Por outro lado, a RECORRENTE afirmou que a planilha de justificativa dos preços, salários de engenheiro e Arquiteto estaria em valores abaixo do mínimo estabelecido pela entidade pelo CREA e CAU da sua própria região e que isso importaria em comprovação da inexecuibilidade da oferta. A argumentação, entretanto, não é verdadeira. Isso porque o CREA-SC, para um regime de 7h de trabalho, estabelece um valor mínimo de 7,25 salários-mínimos, o que é em muito inferior ao salário de R\$ 9.200,00 (nove mil, duzentos reais) para engenheiro ou R\$ 18.400,00 (dezoito mil, quatrocentos reais) para arquiteto, previstos na planilha: <https://portal.crea-sc.org.br/profissional/salario-minimo-profissional/> Ainda que assim não fosse, CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA – CADE, por meio de procedimento iniciado a partir de atuação da Superintendência-Geral do CADE – SG, nos termos do art. 13, inciso II da Lei 12.529/11, realizou de ofício, nos dias 18 e 19 de maio de 2015, pesquisa junto aos sítios eletrônicos das organizações representativas dos corretores de imóveis do país com o intuito de verificar se, a exemplo do praticado por outras categorias profissionais, como a de médicos, fotógrafos e contabilistas, também investigadas pela SG e, inclusive, que tem sido alvo de condenações recentes pelo CADE, os órgãos de classe dos corretores de imóveis estariam adotando condutas que poderiam em tese violar a legislação concorrencial brasileira. Nessa oportunidade, o CADE concluiu que as orientações dos órgãos de classe não seriam de observância obrigatória, sendo apenas referencial, sob pena de se violar o direito à concorrência (NOTA TÉCNICA Nº 83/2016/CGAA6/SGA2/SG/CADE): “A atuação das entidades representativas de profissionais deve adstringir-se aos pilares constitucionais, dentre os quais se insere a livre concorrência, e legais, dentre

os quais se insere a legislação de defesa da concorrência. Suas atividades, nesse passo, não podem acarretar limitação à liberdade de contratar, cartelizações e tampouco promoverem medidas que prejudiquem competidores e consumidores das benesses de um mercado regido pela livre concorrência. (...) A lei de defesa da concorrência, nesse viés, possui o condão de conferir estabilidade às relações entre os mais diversos agentes econômicos, compatibilizando os múltiplos bens jurídicos tutelados pelo texto constitucional de modo a evitar e/ou reprimir qualquer tipo de distorção que acarrete, por exemplo, limitação ou falseamento da livre concorrência e da livre iniciativa, assim como o abuso de posição dominante". (...) "A jurisprudência do CADE é farta em exemplos de condenações de prática de uniformização de preços praticada por Sindicatos, Associações e Conselhos Profissionais pela adoção de tabelas de preços sugeridos[8] e honorários profissionais[9]. Somente em relação a honorários médicos, o CADE já condenou 73 casos de tabelamento levados a julgamento entre 1996 a 2015[10], inclusive contra o Conselho Federal de Medicina[11]. Recentemente, o CADE também condenou o Conselho Federal de Contabilidade por uniformização de conduta comercial de concorrentes, por influenciar a precificação dos serviços contábeis, mediante divulgação de parâmetros para fixação de preços (Processo Administrativo nº 08012.000643/2010-14, relatado pelo Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo)". Para a solução dessa questão, firmou-se termo de compromisso de cessação de prática, oportunidade em que se assumiu a obrigação de tonar as referidas tabelas meramente referenciais, no sentido de se permitir a adoção de valores diversos, ainda que em valor menor.

https://sei.cade.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?DZ2uWeaYicbuRZEFhBt-n3BfPLlu9u7akQA8mpB9yNzFdnx0xj-uLVliik-gH6UTOhkBkb1qVzsFu4vQOpLqZzfr4nv0IB-Gd_DxhJdbgfhurVTNvTgrkbbkhRoF5ytB Assim, com base no entendimento fixado pelo CADE, pode-se afirmar a inexistência de qualquer irregularidade nos valores apresentados pela RECORRIDA, sendo notório que os valores apresentados estão em um contexto de uma proposta mais vantajosa para administração, de modo que não podem servir de fundamento para a desclassificação da RECORRIDA. Especificamente quanto à Ausência de Cumprimento de Capacidade Técnica Profissional, observa-se que esta questão já foi objeto de consideração pela comissão de licitação, sendo determinada a juntada de documentos comprobatórios, com posterior decisão aceitando como suficiente os documentos apresentados, conforme se depreende da nota técnica, de modo que não pode falar em irregularidade, a discussão já se encontra totalmente superada e nem foram trazidos argumentos aptos para afastar a conclusão presente na nota técnica. Como reforço dos fatos que já foram exaustivamente comprovados perante a Comissão de Licitação, nota-se que, Além da carteira de trabalho que atesta o trabalho desenvolvido pelo coordenador junto ao Laboratório de Transportes e Logística (Labtrans) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), instituição de renome em estudos e projetos de logística do Brasil, foi enviado o Currículo Lattes CNPQ com os diversos estudos realizados em vários modos de transporte ao longo dos últimos 15 anos, conforme relação abaixo: 2018 Plano Mestre do Porto de Itaguaí 2018 Plano Mestre do Complexo Portuário de Rio Grande e Pelotas 2018 Plano Mestre do Complexo Portuário de Fortaleza e Pecém 2018 Plano Mestre do Complexo Portuário do Rio de Janeiro e Niterói 2018 Plano Mestre do Porto de Angra dos Reis 2018 Plano Mestre do Porto de Porto Alegre 2017 - 2017 Pesquisas e Estudos para Apoio Técnico à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República SAC/PR no Planejamento do Setor Aeroportuário Brasileiro. Janeiro/2017 2017 - 2017 Pesquisas e Estudos para Apoio Técnico à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC/PR no Planejamento do Setor Aeroportuário Brasileiro 2017 - 2017 Pesquisas e Estudos para Apoio Técnico à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC/PR no Planejamento do Setor Aeroportuário Brasileiro 2017 Plano Mestre do Porto de Ilhéus 2017 Plano Mestre do Porto de Natal 2017 Plano Mestre do Complexo Portuário de Recife e Suape 2017 Plano Mestre do Complexo Portuário de Vitória e Barra do Riacho 2016 - 2019 Plano Mestre do Complexo Portuário de São Sebastião - Publicado em 17 de outubro de 2018 2016 - 2019 Plano Mestre do Complexo Portuário de Santos - Publicado em 18 de abril de 2019 2016 - 2018 Plano Mestre do Complexo Portuário de Cabedelo - Publicado em 13 de agosto de 2018 2016 - 2018 Plano Mestre do Complexo Portuário de Imbituba - Publicado em 04 de setembro de 2018 2016 - 2018 Plano Mestre do Complexo Portuário do Itajaí - Publicado em 04 de setembro de 2018 2016 - 2017 Plano Mestre do Complexo Portuário de Santarém - Outubro/2017 2016 - 2017 Plano Mestre do Complexo Portuário de Santana - Outubro/2017 2016 - 2016 Pesquisas e Estudos para Apoio Técnico à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC/PR no Planejamento do Setor Aeroportuário Brasileiro 2016 Plano Mestre do Complexo Portuário de Salvador e Aratu 2016 Plano Mestre do Porto de Areia Branca 2015 - 2018 Plano Mestre do Complexo Portuário do Itaquí - Publicado em 28 de agosto de 2018 2015 - 2018 Plano Mestre do Complexo Portuário de Paranaguá e Antonina - Publicado em 08 de outubro de 2018 2015 - 2017 Suporte à SEP/PR no Planejamento do Setor Portuário Nacional e na Implantação de Projetos de Inteligência Logística Portuária 2015 - 2017 Plano Mestre do Complexo Portuário de Belém e Vila do Conde - Publicado em 04 de dezembro de 2017 2015 - 2017 Plano mestre do complexo portuário de São Francisco do Sul 2015 - 2017 Plano Mestre do Complexo Portuário de Porto Velho - Publicado em 04 de dezembro de 2017 2015 - 2016 Pesquisas e Estudos para Apoio Técnico à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC/PR no Planejamento do Setor Aeroportuário Brasileiro 2014 - 2016 Estudos para Apoio Técnico à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República SAC/PR no Planejamento do Setor Aeroportuário Brasileiro 2014 - 2016 Pesquisas e Estudos para Apoio Técnico à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC/PR no Planejamento do Setor Aeroportuário Brasileiro 2014 -

2016 Pesquisas e Estudos para Apoio Técnico à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC/PR no Planejamento do Setor Aeroportuário Brasileiro 2013 - 2016 Elaboração de Plano de Negócios e Plano de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ, para Desenvolvimento da Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA) 2010 - 2014 Pesquisas e estudos para a logística portuária e desenvolvimento de instrumentos de apoio ao planejamento portuário 2010 - 2010 Análise da Concorrência Modal no Mercado de Fretes de Álcool 2009 - 2011 Aprimoramento da Ferramenta ?Sistema Logístico e de Transportes - SisLog? para Análise de Projetos de Transporte 2009 - 2011 Apoio à ANTT no desenvolvimento de metodologia e instrumento para análises de custos ferroviários 2009 - 2010 Estudos de demanda potencial do porto de Itapoá utilizando sistemas de apoio georreferenciados Inexistem dúvidas, portanto, de que a decisão da comissão de licitação é adequada e que merece ser mantida nos seus precisos termos. No que toca à suposta ausência de qualificação econômico-financeira da EAGLE para permanecer no projeto, melhor sorte não assiste à RECORRENTE. Por se basear em uma premissa falsa, a argumentação construída pela RECORRENTE contradiz disposição específica do Edital de Licitação. Isso porque a RECORRENTE, para avaliar a presença de qualificação econômico-financeira, baseou-se no valor estimado (R\$ 9.414.500,00) e não na proposta apresentada pelo Consórcio EC-RSA (R\$ 2.900.000,00), que é critério eleito pelo Item 8.2.1. do Edital. Assim, considerando que o Consórcio EC – RSA é composto por duas pessoas jurídicas e sendo a participação da EAGLE de 50% (cinquenta por cento), obtém-se o valor de R\$ 1.450.000,00 (um milhão, quatrocentos e cinquenta mil reais), de modo que 10% (dez por cento) será equivalente a R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais). Por fim, como o patrimônio da EAGLE é de R\$ 298.127,52 (duzentos e noventa e oito mil, cento e vinte e sete reais e cinquenta e dois centavos), forçoso é concluir que atende o requisito da qualificação econômico-financeiro, em estrita observância do disposto no Item 8.2.1 do Edital. IV. CONCLUSÕES E PEDIDOS Ante todo o exposto, firme nas razões acima, requer-se seja negado provimento ao recurso, convalidando a decisão da comissão, que corretamente declarou habilitado o CONSÓRCIO EC – RSA no processo licitatório em epígrafe, mantendo-o válido em sua integralidade. Nesses termos pede e espera deferimento. Brasília, 21 de junho de 2021.

05.093.144/0002-34 - LOGIT ENGENHARIA CONSULTIVA LTDA

Voltar